

Turismo e desenvolvimento territorial sustentável: o papel da dimensão institucional em Florianópolis

O debate sobre o turismo e o desenvolvimento territorial sustentável tem sido fundamental para a criação de estratégias que garantam não apenas desenvolvimento econômico, mas, sobretudo, desenvolvimento socioambiental. O objetivo desta pesquisa foi analisar se o segmento do turismo em Florianópolis, a partir da dimensão institucional (leis, decretos, planos e projetos), tem sido um eixo articulador de projetos inovadores de desenvolvimento territorial sustentável. O estudo aqui apresentado tem como base a abordagem do desenvolvimento territorial sustentável (DTS). Trata-se de pesquisa predominantemente qualitativa, com abordagens de caráter exploratório e descritivo, que utilizou a bibliometria e a análise documental para a coleta de dados. O mapeamento realizado em documentos oficiais do município apontou a importância, para o turismo, tanto da conservação ambiental e otimização do uso dos recursos naturais quanto do investimento em infraestrutura. Além disso, aspectos como os relacionados com o resgate da dimensão sociocultural do território e o despertar do sentimento de pertencimento também estiveram presentes. Todavia esses mecanismos de planejamento territorial ainda tangenciam a abordagem do DTS, pois não têm buscado inserir a problemática socioambiental no centro da gestão e do planejamento municipal.

Palavras-chave: Desenvolvimento territorial sustentável; Políticas públicas; Turismo em Florianópolis.

Tourism and sustainable territorial development: the role of the institutional dimension in Florianópolis

The debate on tourism and sustainable territorial development has been fundamental to the creation of strategies that guarantee not only economic development, but, above all, socio-environmental development. The objective of this research was to analyze whether the tourism segment in Florianópolis, from the institutional dimension (laws, decrees, plans and projects), has been an articulating axis for innovative projects of sustainable territorial development. The study presented here is based on the approach to sustainable territorial development (STD). This is predominantly qualitative research, with explanatory and descriptive approaches, which used bibliometrics and documentary analysis for data collection. The mapping carried out in official documents of the municipality pointed out the importance, for tourism, of both environmental conservation and optimization of the use of natural resources and investment in infrastructure. In addition, aspects such as those related to the rescue of the socio-cultural dimension of the territory and the awakening of the feeling of belonging were also present. However, these territorial planning mechanisms still touch the STD approach, as they have not sought to insert the socio-environmental issue at the center of municipal planning and management.

Keywords: Sustainable territorial development; Public policies; Tourism in Florianópolis.

Topic: **Gestão Pública**

Received: **03/08/2021**
Approved: **04/09/2021**

Reviewed anonymously in the process of blind peer.

Luciana Francisco de Abreu Ronconi 
Universidade do Estado de Santa Catarina, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/6402637129940953>
<http://orcid.org/0000-0001-7916-7468>
luciana.ronconi@udesc.br

Gabriel Bertimes Di Bernardi Lopes 
Universidade do Estado de Santa Catarina, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/7872432677803420>
<http://orcid.org/0000-0001-9195-5934>
gabriel.lopes@udesc.br

Rafaela Decker 
Universidade do Estado de Santa Catarina, Brasil
<http://orcid.org/0000-0002-5786-6521>
rafaela.decker1083@edu.udesc.br



DOI: 10.6008/CBPC2179-684X.2021.003.0018

Referencing this:

RONCONI, L. F. A.; LOPES, G. B. D. B.; DECKER, R.. Turismo e desenvolvimento territorial sustentável: o papel da dimensão institucional em Florianópolis. **Revista Brasileira de Administração Científica**, v.12, n.3, p.241-257, 2021. DOI:
<http://doi.org/10.6008/CBPC2179-684X.2021.003.0018>

INTRODUÇÃO

Florianópolis, a capital do Estado de Santa Catarina, localiza-se no sul do Brasil, figurando entre as capitais com mais de 500.000 mil habitantes. Com taxa de crescimento demográfico de 1.62% em relação ao ano de 2018, o município é o segundo, no Estado, em relação ao número de habitantes e cresce tanto em função da migração interna quanto pela atração que exerce em habitantes de outros estados brasileiros (IBGE, 2019). O município possui uma área total de 674,844 km², dividindo-se em duas porções de terra, uma parte insular e a outra continental; a parte insular corresponde a 97,23% do território total, com uma área de 451 km² e costa com 172 km de extensão. Com uma população estimada em 500.973 habitantes (IBGE, 2020). É a capital brasileira com o melhor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH – 0,847), possui elevada taxa de escolaridade e o PIB per capita atualmente é de R\$ 40.162,60 (PNUD, 2010).

As características naturais de Florianópolis a transformaram em um dos principais destinos turísticos do país. A Ilha de Santa Catarina se destaca pelas numerosas e diferentes praias de mar aberto e de baía, lagoas, além de localidades que ainda preservam resquícios da herança sociocultural açoriana, sobretudo, na arquitetura, nas festas religiosas, na culinária e nos meios de produção e sobrevivência. A existência de águas termais nos municípios próximos, uma regular oferta de serviços de hospedagem e a alimentação, merecem ser mencionadas nos atributos turísticos locais (LINS, 2007). A sazonalidade é uma das principais características do turismo em Florianópolis. No período da alta temporada, a população da Ilha de Santa Catarina quase dobra, causando fenômenos de saturação dos serviços, enquanto no período de baixa estação, muitas empresas são obrigadas a fechar devido à demanda ser insuficiente. Destaca-se o esforço crescente do governo municipal de dinamizar e diversificar a oferta de serviços, por meio de eventos artísticos-culturais, seminários e congressos nacionais e internacionais permitindo não só o adequado aproveitamento do espaço territorial, mas também a redução da sazonalidade (ALBUQUERQUE, 2004).

As riquezas naturais são o grande incentivo à vinda de turistas, que por consequência promovem desenvolvimento econômico, produzindo negócios, postos de trabalho, renda e geração de impostos. O turismo tem tido papel importante para a expansão urbana, inclusive no que se refere ao incremento da indústria da construção civil (LOPES et al., 2014). Porém também tem gerado problemas referentes ao aumento de consumo de energia elétrica, água, atendimentos em postos de saúde, recolhimento de lixo e congestionamento, o que demonstra que a infraestrutura local, tanto de apoio quanto turística, não está qualificada, em muitos casos, para suprir a demanda de temporada (SANTA CATARINA, 2017).

Importante destacar que estudos indicam que a expansão urbana na cidade de Florianópolis tem se dado de forma desordenada, com a abertura de vias de comunicação quase sempre mal planejadas, que, cedo, acabam criando outros problemas, como inexistência de rede de águas pluviais, impermeabilização da pista de rolamento com escoamento superficial dificultado pelo relevo plano, deficiência na distribuição de água e energia elétrica, deficiência ou inexistência de pavimentação, dentre outros. A expansão urbana sem planejamento tem levado à ocupação irregular das encostas, dos mangues, das restingas e não tem merecido atenção adequada das autoridades. Acrescentam-se o lançamento direto no mar de esgotos

domésticos, de restaurantes e de hotéis, além de fossas sépticas mal dimensionadas e mal construídas, que deterioraram os aquíferos, sem deixar de mencionar o lixo nas praias e a infraestrutura hoteleira, de restaurantes e bares incipientes para a quantidade de turistas (LOPES, 2015).

Considerando a importância do turismo para a cidade Florianópolis, a gestão municipal que teve início no ano de 2017, evidenciou a partir de um Plano de Governo Municipal, as principais propostas para o setor turístico do município, bem como as ações, diretrizes e as metas de atuação para os anos de 2017 a 2020. Frente a esse contexto territorial o escopo desta pesquisa se justifica pela problemática que envolve a relação entre turismo e desenvolvimento territorial sustentável. Assim este trabalho de investigação teve como objetivo analisar se o segmento do turismo em Florianópolis, a partir da dimensão institucional (Leis, Decretos, programas, projetos e ações), tem sido um eixo articulador de projetos inovadores de desenvolvimento territorial sustentável. Especificamente buscou-se acompanhar iniciativas ligadas à dimensão institucional durante a atual gestão municipal que teve início em 2017 e sua relação com o desenvolvimento territorial sustentável do município.

Para alcançar o objetivo delineado buscou-se: 1) Analisar o Plano de Governo Municipal referente ao setor de turismo; 2) Mapear leis e decretos municipais relacionados ao turismo, durante o período de janeiro de 2017 a agosto de 2020; 3) Identificar planos, programas, projetos e ações municipais relacionados ao turismo, divulgados nas diferentes secretarias do município. Trata-se de um primeiro recorte de pesquisa que considera que a dimensão institucional também surge de um movimento da sociedade civil, que por meio de organizações colocam em debate problemas públicos, se articulando e se engajando para a resolução desses problemas. Essa articulação de diferentes atores, em muitas experiências de inovação social no território, envolvem a Prefeitura Municipal e outras organizações públicas e privadas e indicam que a competência para a formulação de políticas públicas extrapola a ação governamental exclusiva.

Esta pesquisa foi orientada pela perspectiva teórica apoiada na categoria analítica do desenvolvimento territorial sustentável, que está pautado em um desenvolvimento humano, ecológico e territorial que tem implícito consigo uma visão holística em que o território é o elemento articulador e promotor ativo que conjuga as políticas econômicas, sociais e ambientais (RIZNIC et al., 2016). É necessário, portanto, pensar as diferentes dimensões da sustentabilidade, pois o desenvolvimento econômico não pode estar dissociado das questões ecológicas, sociais e econômicas do território local (SACHS, 2009). Pensar em turismo sustentável pressupõe pensar em estratégias que garantam desenvolvimento econômico, equilibrado com desenvolvimento socioambiental, embasado em qualidade de vida para os moradores do território.

REVISÃO TEÓRICA

Desenvolvimento Territorial Sustentável e Turismo Sustentável

O desenvolvimento sustentável é fundamentado na harmonização de objetivos sociais, ambientais e econômicos. Pouco se alterou desde a Conferência de Estocolmo em 1972, até a Conferência do Rio de

Janeiro em 1992. Lançado pela ONU em 1987, o Relatório Brundtland apresenta a definição mais comum de desenvolvimento sustentável, como aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas necessidades. Assim, pela primeira vez foi reconhecida a relação entre desenvolvimento e meio ambiente, como também a necessidade preservação da diversidade ecológica e seu uso sustentável como aspectos indispensáveis para o desenvolvimento (LOPES, 2015; LOPES et al., 2014). Novas estratégias para o desenvolvimento de sistemas produtivos estão emergindo em nível territorial. De um ponto de vista histórico, elas constituem uma nova forma de organização do setor econômico, objetivando enfrentar as mudanças na era da globalização. Essas possibilidades indicam um modelo de desenvolvimento territorial baseado nos conceitos de qualidade e especificidade. O território torna-se um espaço central de coordenação entre os atores interessados na resolução de problemas produtivos inéditos (PECQUER, 2009).

É preciso destacar duas vertentes importantes para a definição do conceito de desenvolvimento territorial sustentável: a abordagem territorial e a socioambiental. Primeiramente observa-se a contribuição da abordagem territorial, que tem produzido inúmeras inovações no campo socioeconômico mediante experiências largamente estudadas, como a dos distritos industriais, clusters, sistemas produtivos locais, ambiente inovador, arranjos produtivos locais, entre outras denominações. Tais experiências, a partir de suas especificidades, revelaram elementos novos para as dinâmicas produtivas e para a gestão das organizações, tais como: influência da cultura local; a possibilidade de sinergia; a cooperação e a competição como mecanismos complementares; facilidade de acesso à mão de obra e conhecimento acumulado; difusão de inovação; possibilidade de regulação setorial conjunta, entre outros fatores (MENEZES, 2011; RONCONI et al., 2019; SILVA et al., 2019).

A segunda abordagem refere-se às contribuições das discussões sobre sustentabilidade e sobre a questão ambiental, fundamentadas no ecodesenvolvimento, que resgatam elementos imprescindíveis para a gestão das organizações na atualidade. Tais elementos estão fundamentados nos pilares de desenvolvimento sustentável, como: prudência ecológica, satisfação das necessidades básicas, promoção da equidade, da autonomia e redefinição do conceito de eficiência econômica, que alia a produtividade com a minimização das perdas e reaproveitamento dos resíduos e dejetos, como insumos para o sistema produtivo (MENEZES, 2011; RONCONI et al., 2019; SILVA et al., 2019).

Desta forma, a noção de desenvolvimento territorial sustentável adotada neste trabalho perpassa por aspectos das teorias do desenvolvimento territorial e do ecodesenvolvimento (MENEZES et al., 2012; VIEIRA, 2003). Essa concepção de desenvolvimento está relacionada à superação do paradigma desenvolvimentista unilateral, que tende a enfatizar o crescimento econômico e o curto prazo por um desenvolvimento endógeno, privilegiando a heterogeneidade, a formação de redes locais, a valorização dos recursos naturais e a gestão dos recursos naturais de forma a promover o desenvolvimento territorial (CORREIA et al., 2018; MANTOVANELI et al., 2010; SACHS, 2009; SILVA et al., 2014).

Distingue-se cinco dimensões, ou ainda, pilares do ecodesenvolvimento, os quais devem ser consideradas simultaneamente: (i) Sustentabilidade social, cujo objetivo é a construção de uma civilização

do 'ser', onde haja maior igualdade na distribuição do 'ter' (renda), de modo a melhorar consideravelmente os direitos e as condições de vida da população e a reduzir a distância entre os padrões de vida; (ii) Sustentabilidade econômica, 'possibilitada por uma alocação e gestão mais eficientes dos recursos e por um fluxo regular do investimento público e privado. [...] a eficiência econômica deve ser avaliada mais em termos macrossociais do que apenas por meio de critérios de lucratividade microempresarial'; (iii) Sustentabilidade ecológica, a ser alcançada por meio da engenhosidade na utilização dos recursos potenciais existente nos diversos ecossistemas, com um mínimo de dano aos sistemas de sustentação da vida, da limitação do consumo de combustíveis fósseis e de outros recursos e produtos facilmente esgotáveis ou danosos ao meio ambiente, substituindo-os por recursos ou produtos renováveis e/ou abundantes e ambientalmente inofensivos, da redução da poluição mediante a reciclagem sistemática de dejetos das atividades produtivas e de consumo, do combate ao consumo supérfluo de mercadorias, da intensificação da pesquisa de tecnologias limpas, com eficiente utilização dos recursos para promoção do desenvolvimento urbano, rural e industrial; e a definição de regras para proteção ambiental; (iv) Sustentabilidade espacial, trata do aperfeiçoamento progressivo das configurações rural-urbanas e uma melhor distribuição territorial de assentamentos humanos e atividades econômicas; (v) Sustentabilidade cultural, que está relacionado à "(...) busca das raízes endógenas dos modelos de modernização e dos sistemas rurais integrados de produção, privilegiando processos de mudança no seio da continuidade cultural e traduzindo o conceito normativo de ecodesenvolvimento em uma pluralidade de soluções particulares, que respeitam as especificidades de cada ecossistema, de cada cultura e de cada local" (SACHS, 1993).

Ainda para Sachs (2009), é recomendável a utilização de oito critérios de sustentabilidade, sendo eles o critério social, cultural, ecológico, ambiental, territorial, econômico, político nacional e político internacional (SACHS, 2009). Diante disso, entende-se que, não apenas definiram-se as dimensões teóricas do ecodesenvolvimento, como também se realizou o direcionamento das estratégias alternativas de desenvolvimento rural e urbano (RONCONI et al., 2019). Iizuka et al. (2012) destacam que a perspectiva do desenvolvimento territorial sustentável deve considerar o fato dos territórios serem heterogênicos, ou seja, em cada território existe uma diversidade de atores e interesses, além de características próprias, que dificulta a aplicação de soluções universalistas e hegemônicas, típicas do atual modelo predatório de desenvolvimento. Trata-se, portanto, de elaborar projetos e ações que correspondam às necessidades locais, as suas expectativas e que se coloquem harmoniosamente em suas realidades sócio históricas, sobrevivendo de um processo de construção social (IIZUKA et al., 2012; PELLIN et al., 2018).

Nesse sentido, o desenvolvimento local é concebido justamente de um processo endógeno de mudança, que busca a diversidade econômica e a melhora da qualidade de vida de pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos. Para ser consistente e sustentável deve impulsionar e aproveitar as potencialidades da região e contribuir para melhorar as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local, sendo assegurada a proteção dos recursos naturais locais. O desenvolvimento local surge no seio da comunidade e exerce papel de agente de transformação no

território em que vive (ASATO et al., 2019).

Sob esses aspectos o turismo aparece como tendo relevância, no contexto de Florianópolis, tanto para o desenvolvimento econômico quanto para o desenvolvimento socioambiental. O turismo pode ser definido como um conjunto de atividades que as pessoas realizam durante suas viagens e estadias em lugares distintos de seu entorno habitual, por um período de tempo consecutivo inferior a um ano, com fins de lazer, negócios ou por outros motivos não relacionados ao exercício de alguma atividade remunerada no local visitado (OMT, 2006). Desde a metade do século XX, o turismo tem verificado um crescimento e uma diversificação contínua, fato que ocorreu devido ao desenvolvimento do automóvel, do avião e do navio, a garantia de direitos sociais, como férias renumeradas e redução do tempo de trabalho, profundas inovações tecnológicas, tais como computadores, robôs e comunicação por satélite e o surgimento das grandes agências de turismo, aumentando a oferta de pacotes de viagens (KÖRÖSSY, 2008; OLIVEIRA, 2019). O turismo vem se consolidando como um dos setores-chave na geração de emprego, renda e desenvolvimento econômico para diversos países, sobretudo, nos considerados emergentes, como é o caso do Brasil (FAGUNDES et al., 2010). Conforme o Conselho Mundial de Viagens e Turismo (WTTC), no ano de 2018 a atividade turística respondeu por 10,4% da economia mundial e por 8,1% do PIB nacional. Em relação ao volume de postos de trabalho, o setor turístico gerou no Brasil 6,9 milhões de empregos, o equivalente a 7,5% do número total de vagas no país (MTUR, 2019).

Além de manifestar benefícios econômicos, o turismo é importante para a valorização do lugar e dos bens adquiridos, para promover qualificação profissional e educacional, e também para a manutenção das tradições e costumes locais. Em alguns casos, o desenvolvimento turístico é responsável pela preservação do patrimônio cultural e natural, por meio da criação de unidades de conservação e de áreas tombadas (DIAS et al., 2017; OLIVEIRA et al., 2013).

Não há dúvidas que os efeitos positivos decorrentes do turismo são reais. No entanto, o emprego de uma compreensão ultra mercadológica da atividade, tanto pelo setor público como pelo privado, tem ocasionado efeitos negativos para as localidades onde o turismo se desenvolve. Segundo Oliveira (2019), deve-se ter evidente que o turista, ao visitar uma comunidade, não traz consigo apenas seu poder de compra, ele também interfere e altera as dinâmicas locais produzindo custos sociais irreversíveis, como perda de identidade cultural, paralização ou a extinção de atividades tradicionais, ocupação desordenada do espaço, dependência econômica, degradação da natureza e da biodiversidade, aumento da prostituição e do tráfico de drogas, entre outros (CASTRO, 2018; FRANÇA et al., 2010; KÖRÖSSY, 2008). A preocupação com estes resultados negativos provocados pela exploração sob pouco controle da atividade turística, deu ensejo em 1980, ao termo turismo sustentável. Neste contexto, o turismo começa a ser entendido como um processo complexo e multifacetado, que abarca aspectos econômicos, socioculturais, ambientais e políticos (ARAUJO et al., 2014; SILVA et al., 2016).

O turismo sustentável pode ser definido como aquele que satisfaz as necessidades dos turistas atuais e das regiões receptoras e, ao mesmo tempo protege e garante as oportunidades para o futuro. Concebe-se como uma forma de gestão de todos os recursos de forma que as necessidades econômicas,

sociais e estéticas possam ser satisfeitas ao mesmo tempo em que se conservam a integridade cultural, os processos ecológicos essenciais, a diversidade biológica e os sistemas que sustentam a vida (OMT, 2006).

Salienta-se que não existe uma definição universalmente aceita de turismo sustentável, principalmente devido ao conceito indefinido e complexo de aplicação da sustentabilidade (SILVA et al., 2016). Para o alcance do turismo sustentável é necessário uma revalorização e uma reorientação do planejamento e gestão turística (HANAI et al., 2012). Oliveira et al. (2013) destacam que a sustentabilidade do turismo só será conquistada se as atividades forem planejadas de forma coerente e preventiva, por meio da participação e envolvimento das comunidades, do setor privado e do poder público, objetivando proporcionar melhorias duradouras para as regiões ou as destinações. O planejamento integral e sustentável do turismo, se constitui no instrumento para se chegar a níveis mais elevados de evolução econômica e social, e deve partir de um plano de desenvolvimento considerando as características locais (FAGUNDES et al., 2018).

Segundo a OMT, o planejamento do turismo sustentável está fundamentado nos seguintes princípios: (i) a proteção ambiental e o uso otimizado dos recursos naturais, pois são elementos básicos para o desenvolvimento do turismo, com a manutenção dos processos ecológicos e a pluralidade biológica contínuas no tempo e no espaço; (ii) o respeito pela autenticidade social e cultural das comunidades receptoras, com o compromisso de preservação de seu patrimônio construído e seus costumes e valores tradicionais, e consolidação do entendimento intercultural e tolerância; (iii) proporcionar justiça econômica, com a geração de benefícios socioeconômicos distribuídos à comunidade anfitriã, de maneira que contribuam para o bem-estar da comunidade em geral (HANAI, 2011).

O turismo não está desvinculado do território, portanto, não deve ser planejado, estudado e ordenado de forma separada dele (FRATUCCI, 2014). O uso e ocupação predatória do solo pode ser considerado um dos principais impedimentos ao desenvolvimento sustentável do turismo. Hanai et al. (2012) enfatizam a dependência que existe entre a atividade turística e o grau de conservação do espaço onde ela se desenvolve, orienta sobre a necessidade de adotar critérios de sustentabilidade nas ferramentas de planejamento espacial e urbanístico e também nos planejados, especialmente para a gestão de destinos turísticos.

Partindo desse preceito, o desenvolvimento deve ser levado num pacto territorial que significa a apropriação e valorização dos recursos materiais e imóveis do território, enquadrado num projeto próprio. Estas ações devem ser participadas e articuladas entre os diversos atores sociais, sempre com o propósito de gerar eficiência econômica, conservação cultural e defesa ambiental em estreita combinação com a justiça social (ABRANJA, 2017). Desta forma, pesquisas que analisam os processos de ordenamento e planejamento territorial e sua relação com as atividades turísticas são fundamentais para o desenvolvimento sustentável dos territórios turísticos (CASTANHO et al., 2018).

Políticas públicas regionais influenciam profundamente atividades como o turismo. Quando se trata de territórios de base socioeconômica estritamente dependente do turismo, essas políticas públicas ganham ainda mais relevância (CASTANHO et al., 2020). A este respeito, Herrera et al. (2019) advertem que

vivemos em uma época homogeneizadora do capitalismo e da globalização, portanto torna-se necessário propor uma hegemonia alternativa que se harmonize ao desenvolvimento de projetos de turismo sustentável. Como bem destacam Alves et al. (2012), as políticas públicas propostas para o setor turístico devem estabelecer metas e diretrizes que direcionem o desenvolvimento sócio espacial da atividade turística, tanto no que se refere à esfera pública como no que diz respeito à esfera privada.

Neste contexto, a formação e o desenvolvimento de relações cooperativas entre as diversas partes envolvidas se torna um pré-requisito indispensável para garantir que as políticas públicas de turismo sustentável sejam eficazes (CASTANHO et al., 2020). Segundo Costa et al. (2018), esta cooperação deve ser trabalhada de modo a harmonizar os aspectos naturais, culturais e sociais, associando os serviços relacionados ao turismo, favorecendo a percepção de um “produto turístico total” e atendendo de forma mais eficaz às expectativas dos turistas. Salienta-se que o turismo sustentável não representa uma modalidade de turismo. Na realidade são diretrizes e práticas de gestão das atividades, aplicáveis a todos os tipos de destinos e segmentos turísticos (BRANDÃO et al., 2014; HANAI, 2011).

METODOLOGIA

Como mencionado na introdução desse trabalho essa investigação teve como objetivo analisar se o segmento do turismo em Florianópolis, a partir da dimensão institucional (leis, decretos, programas, projetos e ações), tem sido um eixo articulador de projetos inovadores de desenvolvimento territorial sustentável. Tendo como corte temporal a administração pública municipal de 2017 a 2020, buscou-se identificar e analisar a dimensão institucional criada nesse período, assim como a relação dessas mesmas dimensões com as propostas de governo para o setor e para o desenvolvimento territorial sustentável do município.

As propostas para o setor se tornaram públicas a partir do Plano de Governo divulgado no início do mandato do atual Prefeito de Florianópolis. Trata-se, portanto, de identificar a coerência entre as propostas de governo para o setor e as dimensões institucionais criadas durante a gestão que se encontra em fase final. Para alcançar o objetivo delineado buscou-se: 1) Analisar o Plano de Governo Municipal referente ao setor de turismo; 2) Mapear leis e decretos municipais relacionados com o turismo, durante o período de janeiro de 2017 a agosto de 2020; 3) Identificar planos, programas, projetos e ações municipais relacionados ao turismo, divulgados nas diferentes secretarias do município.

Os procedimentos metodológicos desta pesquisa foram divididos em duas etapas. Na primeira etapa foi adotado o caráter exploratório, com a intenção de ampliar o conhecimento sobre o tema, através de revisão bibliométrica e levantamentos de dados em sites governamentais. Para a coleta de dados, foram consideradas duas técnicas complementares: pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental. A pesquisa bibliográfica é caracterizada por Gil (2008), como uma técnica que “permite ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”. No que se refere à pesquisa documental Gil (2008), destaca que ela se baseia em matérias que ainda não receberam tratamento analítico, ou que ainda podem ser estruturados conforme os fins da pesquisa.

Na segunda etapa foi feita uma pesquisa descritiva, de abordagem qualitativa, por meio de análise da revisão bibliométrica e do levantamento de dados. Como pontua Gil (2008) a pesquisa descritiva tem como principal objetivo ‘a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis’. A análise dos dados foi pautada inicialmente pelo caráter descritivo do estudo, buscando atender os objetivos da pesquisa. Assim, a pesquisa qualitativa mostrou-se mais adequada uma vez que é recomendada para entender e descrever as perspectivas práticas, proporcionando experiências, interações e documentos em seu contexto natural (FLICK, 2009).

A pesquisa bibliográfica ocorreu por meio da consulta à base de dados da SciELO e da Scopus, utilizando os descritores: “sustainable territorial development OR sustainable tourism” e “sustainable territorial development AND sustainable tourism”. O cruzamento foi realizado nos formulários avançados das bases de dados. Utilizou-se o operador booleano “OR”, com a finalidade de ampliar a pesquisa, para que cada resultado contenha pelos menos um dos termos descritores. Já o operador booleano “AND”, foi utilizado com o objetivo de restringir a pesquisa aos resumos que apresentaram ao mesmo tempo os dois termos descritores. Foi definidos como critério de inclusão, artigos publicados entre os anos de 2010 e 2020. A seleção dos artigos ocorreu mediante a leitura e análise dos títulos e resumos, sendo considerados aqueles mais consistentes com o escopo e os objetivos da presente revisão.

Foram encontrados 34 30.604 trabalhos para os descritores “sustainable territorial development OR sustainable tourism” e 34 para os descritores “sustainable territorial development AND sustainable tourism”, publicados entre 2010 e 2020. Após a avaliação dos títulos e resumos, foram selecionados 44 artigos para a leitura integral e análise. Ao final, 19 artigos foram citados nesta pesquisa, sendo 3 provenientes da base SciELO e 16 da Scopus. A coleta na base de dados da SciELO, utilizando os descritores: “sustainable territorial development OR sustainable tourism”, foram encontrados 455 artigos. Utilizando os descritores “sustainable territorial development AND sustainable tourism”, obteve como resultado 17 trabalhos publicados. Deste total, 3 foram citados nesta pesquisa. Na base da Scopus, utilizando os descritores: “sustainable territorial development OR sustainable tourism”, foram encontrados 30.106 artigos. Utilizando os descritores “sustainable territorial development AND sustainable tourism”, foram encontrados 17 artigos. Deste total, 16 foram citados nesta pesquisa.

Quadro 1: Pesquisa de periódicos publicados entre 2010 e 2020.

Publicados entre 2010 e 2020	“sustainable territorial development OR sustainable tourism”	“sustainable territorial development AND sustainable tourism”	Citados nesta pesquisa
SciELO	455	17	3
Scopus	30.106	17	16
Total	30.561	34	19

A investigação das instituições, programas de pós-graduação, centros de pesquisa, departamentos ou graduações, aos quais os autores citados nesta pesquisa estão vinculados, constatou que, a maioria destes se relaciona a instituições e programas da área das ciências sociais aplicadas, com destaque para a administração, seguida do turismo. Também foram identificados autores que procedem de instituições e graduações da área de ciências humanas e engenharia. Este achado indica a interdisciplinaridade com que

as temáticas em questão vêm sendo tratadas pelas academias de pesquisa. A abordagem metodológica predominante nos trabalhos citados é a de caráter qualitativo. Esta característica revela uma tendência de caráter exploratório para as pesquisas em pauta, com o objetivo de melhor entender e analisar as informações relativas aos conceitos de desenvolvimento territorial sustentável e turismo sustentável, devido serem teorias e campos de estudo em desenvolvimento.

No que tange ao aspecto temporal, esta pesquisa observou um crescimento contínuo e rápido no número de publicações científicas sobre desenvolvimento territorial sustentável e o turismo sustentável. Este fato evidencia-se pela expressiva concentração de trabalhos publicados a partir de 2010. Os países de publicação dos estudos citados foram: Brasil, Portugal, Polônia, Espanha, Sérvia, México e Cuba. A partir da pesquisa bibliométrica verificou-se que poucos trabalhos foram encontrados para os descritores “sustainable territorial development AND sustainable tourism”, o que reforça a necessidade de realização de mais estudos sobre o assunto. A pesquisa documental ocorreu em duas frentes que integraram a busca da dimensão institucional referentes ao turismo. A primeira mapeou Leis e Decretos publicados durante o período de 2017 a 2020 e a segunda mapeou planos, programas e ações divulgados nas diferentes secretarias do Município de Florianópolis.

Assim, no que se refere à coleta de dados em relação às leis e decretos os seguintes passos foram seguidos: 1) Acesso ao site oficial da prefeitura de Florianópolis; 2) Busca pela palavra-chave turismo; 3) Foram mapeadas 16 leis, 6 leis complementares e 381 decretos, totalizando 403 dispositivos; 4) Leitura, análise e organização dos materiais em 8 categorias, sendo elas, questões orçamentárias (108), nomeação e exoneração de pessoal em cargo de comissão (198), estrutura organizacional e reestruturação de cargos (3), participação da Secretaria de Turismo, Cultura e Esporte em outros conselhos municipais (21), pandemia COVID-19 (11), criação de grupos de trabalho (8), comissões e comitês (41) e outros a serem analisados (13); 5) Foram selecionadas para efeito da pesquisa 13 leis que indicaram relação com o desenvolvimento territorial sustentável.

Ainda para alcançar os objetivos desse trabalho, foram mapeados os programas e projetos vinculados às diferentes secretarias do Município de Florianópolis. Esse processo ocorreu a partir do seguinte procedimento metodológico: 1) Acesso ao portal online das Secretarias do Município de Florianópolis; 2) Busca por planos, programas e ações; 3) Busca pelo termo turismo em todos os planos, programas e ações; 4) Foram mapeados 6 documentos nas secretarias municipais, sendo 2 na Secretaria de Turismo, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, 1 na Secretaria de Educação, 1 na Secretaria de Infraestrutura, 1 na Secretaria de Saúde e 1 na Secretaria de Assistência Social; 5) Análise dos documentos com o intuito de investigar se os mesmos fomentam o desenvolvimento territorial sustentável no turismo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Mapeamento dos Planos, Programas e Projetos

Destaca-se que há no nível municipal inúmeros mecanismos de planejamento territorial e setorial. No que se refere aos planos, programas e ações, que foram mapeados nessa pesquisa e que estão

disponíveis nos sites das quinze secretarias do município, foram identificados seis que foram analisados e relacionados com o desenvolvimento territorial sustentável.

Quadro 2: Planos, Programas e Projetos.

Secretaria Municipal	Planos, Programas e Projetos
Educação	Plano Municipal de Educação
Saúde	Plano Municipal de Saúde 2018-2021
Infraestrutura	Revisão do Plano Municipal de Redução de Riscos de Escorregamento do Município de Florianópolis
Assistência Social	Floripa Social – Intervenção Social no Norte da Ilha
Turismo, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico	Projeto Mapa das Artes, Cultura e Turismo
Turismo, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico	Projeto Marca Turística de Florianópolis

O Plano Municipal de Educação apresenta as diretrizes, metas e estratégias a respeito da política educacional de Florianópolis, visando compreender como as crianças e adolescentes têm integrado a aprendizagem com fatores externos, considerando necessário respeitar as questões de diversidade para uma maior inclusão. O Uma análise sobre os dados e condicionantes de saúde na cidade de Florianópolis é apresentada no Plano Municipal de Saúde 2018 – 2021. Plano Municipal de Saúde 2018 – 2021 apresenta uma análise sobre os dados e condicionantes de saúde na cidade de Florianópolis. O município possui uma população de 421.240 habitantes (IBGE, 2010), com aumento significativo de indivíduos durante o verão. Por essa razão, um dos seus objetivos é compreender a flutuação populacional ocasionada pelo turismo, e assim criar estratégias de direcionamento de mídia, recursos e insumos, a fim de distribuí-los de forma correta e melhorar a qualidade do atendimento.

A revisão do Plano Municipal de Riscos de Escorregamento do Município de Florianópolis tem como objetivo a atualização dos territórios de risco na cidade, identificação maneiras de captar recursos e a criação de estratégias para intervenções prioritárias. A demanda acerca do tema surgiu com o processo de urbanização no município de Florianópolis, o qual apresentou um aumento expressivo a partir da década de 70, com a construção de vias, universidades e empresas estatais. A partir de 1980, houve um aumento significativo no turismo, gerando um crescimento desordenado nos centros e balneários do município. Como consequência, áreas de risco como declives e encostas foram ocupadas, trazendo risco à população que vive na área.

O Programa Floripa Social desenvolvido no Norte da Ilha, busca articular diferentes atores e agentes públicos e privados com a finalidade de prover acesso às políticas públicas, atuando como porta de entrada de serviços socioassistenciais com atividades de capacitação, acompanhamento e encaminhamentos, oportunizando espaços aos jovens e adolescentes como medidas de enfrentamento da violência. Dentre as ações desenvolvidas, o curso Crescendo e Empreendo é conduzido pela secretaria de Turismo, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico e tem como objetivo proporcionar meios para que os jovens desenvolvam características como iniciativa, criatividade e organização.

De uma parceria entre a Secretaria de Educação e a Secretaria do Turismo de Florianópolis, surgiu o Projeto Mapa das Artes, Cultura e Turismo. As ações do projeto são desenvolvidas com as instituições de ensino da rede pública municipal, onde os professores participam de um roteiro turístico pela ilha. São

visitados os principais pontos turísticos da cidade, atrações artísticas e suas características culturais locais, para que todos esses pontos sejam trabalhados e relacionados em sala de aula, a fim de incentivar os alunos a entender sobre o turismo na cidade e ajudar no fortalecimento da identidade cultural.

O último projeto mapeado é uma parceria entre um grupo de pesquisa e extensão da Universidade Federal de Santa Catarina, a Prefeitura Municipal, Secretaria Municipal de Turismo e o Sapiens Parque. Através de entrevistas com a população, foi possível analisar o que representava Florianópolis para a maioria da amostra. Baseados nas informações fornecidas, foi possível elaborar uma marca para a cidade, conhecida como “Minha Floripa”. Interessante destacar que dos seis planos e programas apenas dois estão vinculados à secretaria do Turismo especificamente, sendo que um está vinculado à secretaria de Educação, um à secretaria de Infraestrutura, um à secretaria de Saúde e um à secretaria de Assistência Social.

Mapeamento das Leis e Decretos

A pesquisa documental que buscou mapear Leis e decretos municipais, a partir dos procedimentos metodológicos utilizados e esclarecidos anteriormente, identificou 13 leis que indicam uma relação com o Desenvolvimento Territorial Sustentável.

Quadro 3: Leis e Decretos.

Lei	Descrição
Decreto Nº 21.723 08/07/2020	Institui no município de Florianópolis o Programa Municipal de Agricultura Urbana “Cultiva Floripa”, para a promoção de práticas agroecológicas nesse âmbito e deve contemplar, dentre outros, a sustentabilidade e o turismo de base comunitária. Além disso, são estabelecidos os processos agroecológicos contemplados, como o aumento da biodiversidade, e as prioridades.
Decreto Nº 21.132 03/02/2020	Institui no município de Florianópolis o “Grupo Sanear Floripa”, interinstitucional, para executar ações de regularização, fiscalização e desenvolvimento do setor de esgotamento sanitário. São determinados os membros oficiais e possíveis e quais são os objetivos e as diretrizes, dentre eles a atuação em localidades com operação por meio do Programa Floripa Se Liga na Rede.
Decreto Nº 21.075 08/01/2020	Institui no município de Florianópolis a continuidade do "Projeto Ponte Viva - Hercílio Luz para as Pessoas" como orientador dos modos de uso e prioridades das vias e espaços públicos do entorno da ponte Hercílio Luz. As ações devem visar à integração urbanística e apoiar atividades que promovam, dentre outros, o turismo e valorizem o meio ambiente.
Decreto Nº 19.659 17/01/2019	Regulamenta os serviços lacustres de transporte coletivo regular ou convencional de passageiros, de fretamentos turísticos e os denominados táxi náutico na região da lagoa da Conceição, Costa da Lagoa, Rio Vermelho e Barra da Lagoa, com suas respectivas cooperativas. Além disso, de forma geral, estabelece restrições e critérios, como para autorizações, licenças e cadastramentos.
Decreto Nº 18.809 23/07/2018	Institui Grupo de Trabalho para coordenar as ações do Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica (PMMA) que visa articular, elaborar, implantar, monitorar e avaliar as ações de efetivação do plano. Define a composição do grupo e destaca que as ações devem em coprodução com representantes e entidades atuantes na temática ambiental do Município.
Decreto Nº 18.539 27/04/2018	Regulamenta as condições para a permissão de uso, voltada ao desenvolvimento sustentável, da passarela Nego Quirido, responsabiliza pela gestão de uso a Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Juventude e transfere sua sede para o local. Além disso, estabelece em relação ao uso as limitações, requisitos, especificações e o Tempo de Permissão de uso.
Decreto Nº 18.281 12/01/2018. (Revogado pelo Decreto nº 20241/2019)	Institui grupo de trabalho e sua composição para efetuar o levantamento, diagnóstico físico-territorial, identificação de infratores e classificação de núcleos urbanos informais implantados para efeito de regularização fundiária urbana de interesse específico - REURB-E. Além disso, deve definir critérios, medidas interventivas e propor a regulamentação para viabilizar a regularização.
Decreto Nº 18.103 13/11/2017 (Revogado pelo Decreto nº 18.850/2018)	Institui no município de Florianópolis o “Grupo Sanear Floripa”, interinstitucional, para executar ações de fiscalização e desenvolvimento do setor de esgotamento sanitário, por meio de articulações com órgãos e entidades da administração pública municipal e da sociedade civil. São determinados os membros oficiais e possíveis, além dos entes responsáveis pela coordenação.

Decreto Nº 17.907 22/08/2017 (Revogado pelo Decreto nº 18281/2018)	Institui grupo de trabalho para regulamentação urbanística, assim deve efetuar o levantamento, diagnóstico físico-territorial, identificar infratores e classificar núcleos urbanos informais implantados para efeito de regularização fundiária urbana de interesse específico - REURB-E, definir critérios, medidas de intervenção e proposições para viabilizar a regularização.
Decreto Nº 17.809 24/07/2017	Regulamenta a Lei Nº 10.196, de 2017, que institui o programa de micro finanças, de Florianópolis, com o objetivo de incentivar a formalização de empreendedores populares, o investimento produtivo, a promoção da inclusão social e a geração de emprego e renda no município, por meio da concessão de subsídio financeiro pela Prefeitura.
Decreto Nº 17.708 07/06/2017	Institui a criação do Jardim Botânico de Florianópolis, com a finalidade de conservar e proteger a flora, com ênfase na flora regional, proporcionar o estudo, a pesquisa, a documentação do patrimônio florístico e a execução de políticas públicas relacionadas à educação, à cultura, ao lazer, ao turismo, principalmente o ecológico, e à conservação do meio ambiente.
Decreto Nº 17.688 05/06/2017 (Revogado pelo Decreto nº 21723/2020)	Institui e regulamenta no âmbito do Município de Florianópolis o Programa Municipal de Agricultura Urbana, para a promoção de práticas agroecológicas e deve contemplar, dentre outros, a sustentabilidade, interação comunitária, educação ambiental e o turismo agroecológico. Além disso, são estabelecidos processos agroecológicos inclusos, como o aumento da biodiversidade.
Decreto Nº 17.097 27/01/2017	Regulamenta a lei complementar Nº 432, de 2012, para criar condições de fiel execução, que dispõe sobre sistemas, mecanismos e incentivos à atividade tecnológica e inovativa, visando o desenvolvimento sustentável, econômico e social do município de Florianópolis, além da melhoria dos serviços públicos municipais.

Após a análise desses dispositivos, pode-se observar que grande parte dos mesmos têm instituído programas de incentivo ao desenvolvimento de produtos regionais associados ao turismo sustentável e integrado; às unidades de conservação; ao jardim botânico e parques naturais, de maneira a proporcionar atividades relacionadas ao turismo ecológico e preservar o ecossistema; ao programa de agricultura urbana, com o objetivo, dentre outros, de contemplar o turismo de base comunitária; aos programas de melhorias em relação ao setor de esgotamento sanitário; aos espaços públicos que visam à integração urbanística e o turismo; aos programas de incentivo de micro finanças e atividades tecnológicas; às ações de regularização urbanística e programas de incentivos aos empreendedores populares.

Dessa forma, reconhece-se a intersetorialidade que o turismo e a questão socioambiental impõem à gestão, ao planejamento municipal e à dimensão socioinstitucional do desenvolvimento. Apesar de essas iniciativas existirem e terem se multiplicado no município pesquisado, verifica-se que as aproximações desses mecanismos de planejamento territorial ainda tangenciam a abordagem do DTS, pois não têm buscado inserir a problemática socioambiental no centro da gestão e do planejamento municipal (VIEIRA, 2003).

O turismo é uma das atividades mais impactadas com a pandemia Covid-19. As regiões com alta dependência economia da atividade turística, como é o caso de Florianópolis, sentem, de forma mais intensa, o desemprego no setor bem como outros efeitos danosos decorrentes do isolamento social, das restrições de deslocamento e o desencorajamento de viagens não necessárias. Neste sentido, é necessário que o Estado elabore um plano de decisões com políticas públicas bem embasadas e criativas que promovam o crescimento do turismo de forma sustentável.

Ao verificar o exercício do governo municipal de Florianópolis nas ações voltadas para o turismo, observou-se que frente à pandemia Covid-19, as principais medidas adotadas versam sobre a restrição e a flexibilização de acesso aos serviços e equipamentos turísticos mediante controle sanitário, mas pouco foi investido em termos de promover e/ou preparar a retomada do setor no município.

CONCLUSÕES

O estudo exploratório identificou que o turismo em Florianópolis, a partir de sua dimensão institucional, tem se preocupado com as questões ambientais e o desenvolvimento econômico. As questões ambientais podem ser vislumbradas nas leis e decretos sobre as áreas de proteção ambiental, demonstrando a importância da preservação do meio ambiente para o turismo sustentável da região. Outros dispositivos apontam para a questão do investimento em infraestrutura e incentivo ao desenvolvimento de atividades econômicas, demonstrando a preocupação do município com o turismo, articulado com o desenvolvimento econômico. O turismo, sob esses aspectos, tem procurado se conectar com os aspectos econômicos, socioculturais, ambientais e políticos (ARAUJO et al., 2014; SILVA et al., 2016).

Alguns dispositivos legais, como por exemplo, o relacionado à agricultura urbana, surge a partir de uma articulação de diferentes atores da sociedade, o que demonstra que a dimensão institucional, baseada no enfoque do DTS, agrega além de normas, leis, decretos e planos, também o envolvimento e movimento da sociedade civil, que através de organizações colocam em debate problemas públicos, se articulando e engajando para a resolução desses problemas. A articulação de diferentes atores, em muitas experiências de inovação social no território, envolve a prefeitura municipal e outras organizações públicas e privadas, indicando que a competência para a formulação de políticas públicas extrapola a ação governamental exclusiva. Assim, pensar em um turismo articulado com o DTS, pressupõe a participação e envolvimento das comunidades, do setor privado e do poder público (OLIVEIRA et al., 2013).

Em relação aos planos e projetos, a pesquisa identificou que as questões relacionadas ao turismo se conectam à educação, saúde, assistência social e infraestrutura. Importante para o turismo sustentável são os projetos que envolvem o fortalecimento da identidade cultural e o sentido de pertencimento. Nesse sentido, o segmento do turismo em Florianópolis, parece considerar as características locais para o desenvolvimento social e econômico (FAGUNDES et al., 2018). Os dados preliminares nos permitiram identificar que o município de Florianópolis tem considerado a importância do resgate da dimensão sociocultural do território, da conservação ambiental e otimização do uso dos recursos naturais, do investimento em infraestrutura, do desenvolvimento de atividades econômicas e do despertar do sentimento de pertencimento.

Uma lacuna se refere à impossibilidade do estudo mensurar de que maneira a justiça econômica e a justa distribuição dos benefícios socioeconômicos têm sido considerados no planejamento do turismo. Todavia outros estudos complementares poderão analisar o papel de diferentes atores nos processos de formulação de políticas públicas voltadas para o setor e, ainda, de que maneira o segmento do turismo poderá gerar qualidade de vida e justiça social.

REFERÊNCIAS

ABRANJA, N.. O empreendedorismo como base do turismo sustentável: proposta de modelo conceptual. **Revista acadêmica Observatório de Inovação do Turismo**, v.11, n.2, p.1-19, 2017.

ALBUQUERQUE, S. S.. **Turismo de eventos**: a importância dos eventos para o desenvolvimento do turismo. Monografia (Especialização em Gestão e Marketing do

Turismo) – Universidade de Brasília, Brasília, 2004.

ALVES, A. M.; MEDEIROS, J. L.; MARACAJÁ, K. F. B.. Planejamento turístico: um estudo sobre o plano de desenvolvimento integrado do turismo sustentável do Pólo Seridó. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, v.12, n.1, p.17-29, 2012.

ARAUJO, D. F.; RAMOS, M. C. P.. Desafios interculturais e educacionais para um turismo sustentável. **Revista Cenário**, Brasília, v.2, n.3, p.89-105, 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.26512/revistacenario.v2i3.18405>

ASATO, T. A.; MARQUES, H. R.; BUZARQUIS, R. M.; BORGES, P. P.. Perspectivas da economia criativa e do desenvolvimento local no Corredor Bioceânico. **Interações**, Campo Grande, n.20, p.193-210, 2019. DOI: <https://doi.org/10.20435/inter.v20iespecial.2559>

BRANDÃO, C. N.; BARBIERI, J. C.; JOÃO, C. M.. O turismo indígena e sua influência no desenvolvimento local sustentável: um estudo na reserva indígena São Marcos - Roraima. **Revista da Gestão Social e Ambiental**, São Paulo, v.8, n.3, p.3-17, 2014. DOI: <http://doi.org/10.24857/rgsa.v8i3.973>

CASTANHO, R. A.; COUTO, G.; PIMENTEL, P.; CARVALHO, C. B.; SOUZA, A.. Assessing the impacts of public policies over tourism in Azores Islands. A research based on tourists and residents perceptions. **Sustainability**, Basel, v.16, n.77, p.744-763, 2020. DOI: <https://doi.org/10.3390/su12156059>

CASTANHO, R. A.; LOUSADA, S.; CAMACHO, R.; GÓMEZ, J. M. N.; LOURES, L.; CABEZAS, J.. Ordenamento territorial e a sua relação com o turismo regional: o caso de estudo da região autónoma da madeira (RAM). **Cidades, Comunidades e Territórios**, Lisboa, n.36, p.42-55, 2018. DOI: <https://doi.org/10.15847/citiescommunitiesterritories.jun2018.036.art03>

CASTANHO, R. A.; COUTO, G.; PIMENTEL, P.; CARVALHO, C. B.; SOUZA, A.. Territorial management and governance, regional public policies and their relationship with tourism: a case study of the Azores Autonomous Region. **Sustainability**, Basel, v.12, p.1-16, 2020. DOI: <https://doi.org/10.3390/su12156059>

CASTRO, J. A. V.. Agricultura multifuncional: relevância para o turismo em México. **Revista Mexicana de Ciências Agrícolas**, México, v.9, n.7, p.1494-1507, 2018. DOI: <https://doi.org/10.29312/remexca.v9i7.1178>

CORREIA, S. N.; OLIVEIRA, V. M.; FEITOSA, M. J. S.; GOMÉZ, C. R. P.. Inovação Social para o Desenvolvimento Sustentável: um caminho possível. **Administração Pública e Gestão Social**, Viçosa, v.10, n.3, p.199-212, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.21118/apgs.v10i3.1441>

COSTA, T.; LIMA, M. J.. Cooperation in tourism and regional development. **Tourism & Management Studies**, Faro, v.14, n.4, p.50-62, 2018. DOI: <https://doi.org/10.18089/tms.2018.14405>

DIAS, R. S. O.; CORDEIRO, J. S.. Análise dos atrativos naturais da Serra dos Alves, Senhora do Carmo, Itabira, MG, Brasil: uma contribuição para o desenvolvimento do turismo sustentável. **Revista Turismo em Análise**, São Paulo, v.28, n.2, p.206-223, 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v28i2p206-223>

FAGUNDES, C.; ASHTON, M. S. G.. Desenvolvimento regional através do turismo: geração de emprego e renda. **Revista Conhecimento Online**, Novo Hamburgo, v.2, n.2, p.68-78, 2010. DOI: <https://doi.org/10.25112/rco.v2i0.146>

FAGUNDES, C.; SCHREIBER, D.; ASHTON, M. S. G.. Gestão ambiental, turismo sustentável e produção orgânica: tripé de êxito em organização do Sul do Brasil. **Revista Rosa dos Ventos - Turismo e Hospitalidade**, Caxias do Sul, v.10, n.2, p.370-387, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.18226/21789061.v10i2p370>

FLICK, U.. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FLORIANÓPOLIS. **Decreto nº 17.097, de 27 de janeiro de 2017**. Regulamenta a Lei Complementar Nº 432, de 2012, que dispõe sobre sistemas, mecanismos e incentivos à atividade tecnológica e inovativa, visando o desenvolvimento sustentável do Município de Florianópolis. Florianópolis: Diário Oficial, 2017.

FLORIANÓPOLIS. **Decreto nº 17.688, de 05 de junho de 2017**. Dispõe sobre a criação do Programa Municipal de Agricultura Urbana em Florianópolis. Florianópolis: Diário Oficial, 2017.

FLORIANÓPOLIS. **Decreto nº 17.708, de 07 de junho de 2017**. Dispõe sobre a criação do Jardim Botânico de Florianópolis. Florianópolis: Diário Oficial, 2017.

FLORIANÓPOLIS. **Decreto nº 17.809, de 24 de julho de 2017**. Regulamenta a Lei Nº 10.196, de 2017, que institui o programa de micro finanças, de Florianópolis, com o objetivo de incentivar a formalização de empreendedores populares, o investimento produtivo, a promoção da inclusão social e a geração de emprego e renda no município. Florianópolis: Diário Oficial, 2017.

FLORIANÓPOLIS. **Decreto nº 17.907, de 22 de agosto de 2017**. Fica instituído grupo de trabalho para regulamentação urbanística. Florianópolis: Diário Oficial, 2017.

FLORIANÓPOLIS. **Decreto nº 18.103, de 13 de novembro de 2017**. Institui grupo interinstitucional para fiscalização no setor de esgotamento sanitário no município de Florianópolis - Grupo Sanear Floripa. Florianópolis: Diário Oficial, 2017.

FLORIANÓPOLIS. **Decreto nº 18.281, de 12 de janeiro de 2018**. Institui grupo de trabalho para efetuar o levantamento, diagnóstico físico-territorial, identificação de infratores e classificação de núcleos urbanos informais implantados para efeito de Regularização Fundiária Urbana de Interesse Específico - REURB-E. Florianópolis: Diário Oficial, 2018.

FLORIANÓPOLIS. **Decreto nº 18.539, de 27 de abril de 2018**. Regulamenta as condições para a permissão de uso, voltada ao desenvolvimento sustentável, da passarela Nego Quirido. Florianópolis: Diário Oficial, 2018.

FLORIANÓPOLIS. **Decreto nº 18.809, de 23 de julho de 2018**. Cria o grupo de trabalho para elaboração do plano municipal de conservação e recuperação da Mata Atlântica (PMMA). Florianópolis: Diário Oficial, 2018.

FLORIANÓPOLIS. **Decreto nº 19.659, de 17 de janeiro de**

2019. Regulamenta os serviços lacustres de transporte coletivo regular ou convencional de passageiros, de fretamentos turísticos e os denominados táxi náutico na região da Lagoa da Conceição, Costa da Lagoa, Rio Vermelho e Barra da Lagoa. Florianópolis: Diário Oficial, 2019.

FLORIANÓPOLIS. **Decreto nº 21.075, de 08 de janeiro de 2020.** Dispõe sobre a continuidade do "Projeto Ponte Viva - Hercílio Luz para as pessoas" como orientador das formas de uso e prioridades das vias e espaços públicos do entorno da ponte Hercílio Luz. Florianópolis: Diário Oficial, 2020.

FLORIANÓPOLIS. **Decreto nº 21.132, de 03 de fevereiro de 2020.** Institui grupo interinstitucional para regularização e fiscalização no setor de esgotamento sanitário no município de Florianópolis - Grupo Sanear Floripa. Florianópolis: Diário Oficial, 2020.

FLORIANÓPOLIS. **Decreto nº 21.723, de 08 de julho de 2020.** Dispõe sobre o programa municipal de agricultura urbana - Programa Cultiva Floripa. Florianópolis: Diário Oficial, 2020.

FLORIANÓPOLIS. Secretaria Municipal de Assistência Social. **Floripa Social:** intervenção social no Norte da Ilha. Florianópolis, 2018.

FLORIANÓPOLIS. Secretaria Municipal de Educação. **Plano Municipal de Educação de Florianópolis 2015- 2025.** Florianópolis, 2016.

FLORIANÓPOLIS. Secretaria Municipal de Infraestrutura. **Revisão do Plano Municipal de Redução de Riscos de Escorregamento do Município de Florianópolis.** Florianópolis, 2011

FLORIANÓPOLIS. Secretaria Municipal de Saúde. **Plano Municipal de Saúde 2018-2021:** município de Florianópolis. Florianópolis, 2017.

FLORIANÓPOLIS. Secretaria Municipal de Turismo, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico. **Projeto Mapa das Artes, Cultura e Turismo.** Florianópolis, 2014.

FLORIANÓPOLIS. Secretaria Municipal de Turismo, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico. **Projeto Marca Turística de Florianópolis.** Florianópolis, 2014.

FRANÇA, J. P.; ARAUJO, I. J.. Desenvolvimento sustentável, redefinição do poder local e turismo como alternativa de desenvolvimento sócio-econômico. **Holos**, Florianópolis, v.2, p.60-70, 2010. DOI: <http://dx.doi.org/10.15628/holos.2010.216>

FRATUCCI, A. C.. Turismo e território: relações e complexidades. **Caderno Virtual Turismo**, Rio de Janeiro, v.14, p.87-96, 2014.

GIL, A. C.. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** São Paulo: Atlas, 2008.

HANAI, F. Y.. Desenvolvimento sustentável e sustentabilidade do turismo: conceitos, reflexões e perspectivas. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, São Paulo, v.8, n.1, p.198-231, 2012.

HANAI, F. Y.; ESPÍNDOLA, E. L. G.. O planejamento e a gestão do turismo sustentável na região de Bueno Brandão (MG/Brasil). **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, v.12, n.2,

p.224-238, 2012.

HERRERA, M. R. G.; HERNÁNDEZ, J. A. Á.; HERRERA, L. D. A.. Desafios para el turismo sustentable de base local en Barrancas del Cobre, Chihuahua, México. **El Periplo Sustentable**, Toluca, n.36, p.325-371, 2019.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010.** IBGE, 2019.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e Estados.** IBGE, 2020.

IIZUKA, E. S.; AGUERRE, P.. Reflexões sobre o desenvolvimento territorial sustentável, gestão social e cidadania deliberativa: caso da bacia do rio Almada (BA). **Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.46, n.6, p.1599-1623, 2012. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-76122012000600009>

KÖRÖSSY, N.. Do "turismo predatório" ao "turismo sustentável": uma revisão sobre a origem e a consolidação do discurso da sustentabilidade na atividade turística. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, v.8, n.2, p.56-68, 2008.

LINS, H. N.. Interações, aprendizagem e desenvolvimento: ensaio sobre o turismo em Florianópolis. **Turismo - Visão e Ação**, Florianópolis, v.9, n.1, p.107-120, 2007. DOI: <https://doi.org/10.14210/rtva.v9n1.p107-121>

LOPES, G. B. B.; CARIONI, J. C.; VAZ, N. P.. Legislação ambiental e urbanística no Brasil: o caso porto da barra em Florianópolis. **Oculum Ensaios**, Campinas, v.11, n.1, p.81-96, 2014. DOI: <https://doi.org/10.24220/2318-0919v11n1a2284>

LOPES, G. B. B.. Legislação ambiental e urbanística no Brasil: o caso Costão do Santinho Resort em Florianópolis/SC. **Revista Percursos**, Florianópolis, v.16, n.32, p.121-142, 2015. DOI: <https://doi.org/10.5965/1984724616322015121>

MANTOVANELI JUNIOR, O.; SAMPAIO, C. A. C.. Governança para o desenvolvimento territorial sustentável. **Revista Brasileira de Ciências Ambientais**, Rio de Janeiro, v.18, n.1, p.77-88, 2010.

MENEZES, E. C. O.. Impacto socioambiental das aglomerações industriais no contexto Desenvolvimento Territorial Sustentável: o caso da atividade têxtil-vestuarista do Alto Vale do Itajaí - Santa Catarina. **Revista Alcance**, Florianópolis, v.18, n.1, p.401-413, 2011.

MENEZES, E. C. O.; SERVA, M.. Desenvolvimento territorial sustentável em debate: estrutura e organização da pesca artesanal na grande Florianópolis. **Textos de Economia**, Florianópolis, v.5, n.1, p.11-40, 2012.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Cresce a participação do Turismo no PIB nacional.** Brasília, 2019.

RIZNIC, M. N.; MAK SIN, M.. Integration of Strategic Environmental Assessment and Environmental Social Impact Assessment into Strategic Territorial Planning: Lessons Learned from Two Cases of Tourism Destinations In Protected Areas. **Polish Journal of Environmental Studies**, Polônia, v.25, n.3, p.1-14, 2016. DOI: <http://doi.org/10.15244/pjoes/61851>

OLIVEIRA, F. S.. Turismo sustentável e riqueza social: bases para o desenvolvimento da economia local. **Revista Gestão e Desenvolvimento**, Novo Hamburgo, v.16, n.2, p.3-28, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.25112/rgd.v16i2.1772>

OLIVEIRA, M. A. S.; ROSSETTO, A. M.. Políticas públicas para o Turismo Sustentável no Brasil: evolução e perspectivas de crescimento para o setor. **Turismo - Visão e Ação**, Balneário Camboriú, v.15, n.3, p.322-339, 2013. DOI: <http://dx.doi.org/10.14210/rtva.v15n3.p322-339>

OMT. Organización Mundial Del Turismo. **Agenda para Planificadores Locales**: turismo sostenible y gestión municipal. Espanha, 2006.

PECQUEUR, B.. A guinada territorial da economia global. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v.8, n.14, p.79-105, 2009. DOI: <http://dx.doi.org/10.5007/2175-7984.2009v8n14p79>

PELLIN, V.; CURADI, F. C.. Potencialidades e limites das indicações geográficas (IGs) como estratégia de desenvolvimento territorial sustentável em Santa Catarina. **Revista Metropolitana de Governança Corporativa**, São Paulo, v.3, n.2, p.3-18, 2018.

RONCONI, L. F. A.; MENEZES, E. C. O.; BITTENCOURT, B. L.. Desenvolvimento Territorial Sustentável: iniciativa de economia social e solidária no contexto do turismo. **Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, v.17, n.49, p.94-111, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.21527/2237-6453.2019.49.94-111>

SACHS, I.. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SACHS, I.. **Estratégias de transição para o século XXI**: desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo: Studio Nobel Fundap, 1993.

SANTA CATARINA. **Plano de Governo para Florianópolis 2017/2020**. Florianópolis, 2017.

SILVA, A.; PEREIRA, M.. Análise Prospectiva e Crítica do Território de Araquari: relação dos critérios de sustentabilidade e do plano diretor municipal com o desenvolvimento territorial sustentável. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, São Paulo, v.3, n.2, p.1-15, 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.5585/geas.v3i2.110>

SILVA, L. E.; MOURA, E. A.; MENEZES, E. C. O.; OLIVEIRA, A. L.. Desenvolvimento Territorial Sustentável pela Perspectiva da Pesca Artesanal: a realidade da Ponta Oeste da Ilha do Mel, Paraná, Brasil. **Interações**, Campo Grande, v.20, n.14, p.1195-1215, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.20435/inter.v20i4.1870>

SILVA, N. G.; MONTICELLI, J. M.. O turismo sustentável na percepção do viajante Gaúcho. **Revista de Turismo Contemporâneo**, Natal, v.4, n.2, p.262-285, 2016.

VIEIRA, P. F.. Rumo ao desenvolvimento territorial sustentável: esboço de roteiro metodológico participativo. **Eisforia**, Florianópolis, v.1, n.1, p.249-309, 2003.

A CBPC – Companhia Brasileira de Produção Científica (CNPJ: 11.221.422/0001-03) detém os direitos materiais desta publicação. Os direitos referem-se à publicação do trabalho em qualquer parte do mundo, incluindo os direitos às renovações, expansões e disseminações da contribuição, bem como outros direitos subsidiários. Todos os trabalhos publicados eletronicamente poderão posteriormente ser publicados em coletâneas impressas sob coordenação da **Sustenere Publishing**, da Companhia Brasileira de Produção Científica e seus parceiros autorizados. Os (as) autores (as) preservam os direitos autorais, mas não têm permissão para a publicação da contribuição em outro meio, impresso ou digital, em português ou em tradução.